

Em última semana antes do recesso legislativo, PEC 32 não está na pauta da Câmara



Atenção para informações da PEC 32, da reforma Administrativa. A proposta de Bolsonaro-Guedes não estará na pauta da Câmara dos Deputados da próxima semana, última antes do recesso legislativo. Mas manter a mobilização é a única garantia para a vitória. Assista ao vídeo e ouça o deputado Rogério Correia (PT-MG), coordenador da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. "É preciso comemorar a derrota do governo em não conseguir aprovar a PEC 32. É a nossa vitória, mas precisamos continuar mobilizados", avisa o deputado.

Correia incentiva o uso da hashtag #PEC32NuncaMais nas redes sociais. "É muito difícil que eles consigam 308 votos em ano eleitoral, mas fiquemos atentos", alerta. Na semana que vem, atividades de pressão contra a PEC 32 estão confirmadas.

Se votar, não volta

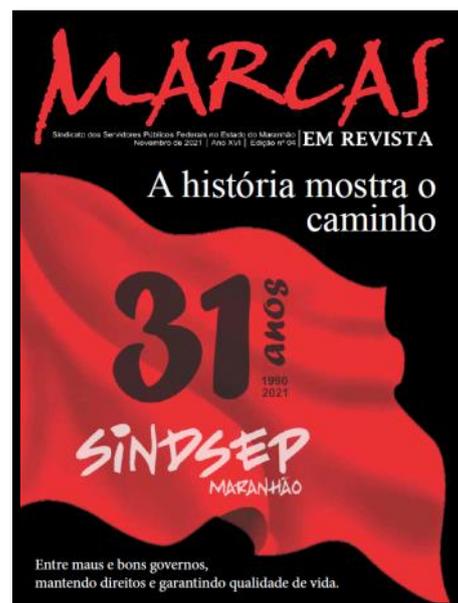
Na última sexta-feira, 10, em encontro com empresários, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que não vê problema que a reforma Administrativa seja aprovada em ano eleitoral. O ministro ignora cenários anteriores, como na reforma da Previdência, em que a maioria dos deputados que votou a favor da proposta não foi reeleita. Guedes chegou a afirmar que há grande apoio para aprovação da PEC 32, novamente ignorando os fatos, assim como também ignora os índices da crise no Brasil agravada pelo governo Bolsonaro.

Nossa vigília permanente e atos em aeroportos e também em municípios de todo o Brasil continuam a todo vapor. Participe também da mobilização virtual! Acesse o observatório da

Frente Parlamentar Mista do Serviço Público - <http://observatorio.skr.dev.br/>.

Veja como votam os deputados e entre em contato com os indecisos pelas redes sociais. Cobrar um voto NÃO à PEC 32. O recado segue sendo um só: votou PEC 32, não volta.

Fonte: Condsef





PEC DOS PRECATÓRIOS

Câmara deve votar outra 'fatia' da PEC dos Precatórios esta semana

Nova discussão sobre a PEC dos Precatórios na Câmara dos Deputados deve ocorrer na próxima terça-feira (14). A novela pode se prolongar até a quinta. Na última terça, o Congresso Nacional promulgou uma "fatia" da Proposta de Emenda à Constituição 23/2021, transformada na Emenda 113. O trecho foi consensual entre deputados e senadores. O texto libera recursos para o programa Auxílio Brasil, com o qual Jair Bolsonaro substituiu o Bolsa Família e pretende melhorar a popularidade cada vez mais baixa de seu governo.

O que a Câmara vai analisar e votar são as alterações feitas no Senado. Como se trata de uma PEC, as mudanças devem ser reapreciadas e votadas novamente pelos deputados, sendo necessários 308 votos (três quintos) dos parlamentares. Na promulgação da emenda, a oposição protestou pelo fato de a matéria não vincular os recursos criados à seguridade social.

Com isso, segundo oposicionistas, as verbas ficariam "soltas". Isso daria margem a manobras com as chamadas emendas de relator – o chamado "orçamento secreto", cuja existência o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nega. O texto que já entra em vigor garante

espaço de quase R\$ 65 bilhões no Orçamento de 2022 para ser utilizado no Auxílio Brasil e em despesas de saúde e previdência.

A discussão da matéria tem potencial para provocar uma crise entre Câmara e Senado, caso os deputados não aceitem as mudanças feitas pelos senadores, entre as quais a principal é a que transformou o Bolsa Família em permanente. Assim, a expectativa é de que esta proposta deve ser apoiada por Arthur Lira. Além disso, o Senado estabeleceu limites para pagamento de precatórios até 2026, enquanto a Câmara tinha estabelecido os limites até 2036.

Bate-boca

Na sessão de promulgação, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) acusou Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da Casa, de descumprir acordo feito previamente, para que todos os espaços fiscais da PEC fossem vinculados ao pagamento de seguridade social. Por sua vez, Pacheco retrucou dizendo que a parlamentar estava promovendo uma discussão "de cunho eleitoral". Naquele mesmo dia, horas antes, ela havia lançado sua pré-candidatura à Presidência da República. Já Pacheco também está colocado na disputa.

Para a oposição, os deputados têm de "honrar" a costura feita pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que levou até a oposição a votar a favor, em nome da urgência de fazer chegar o Auxílio Brasil aos mais necessitados.

Ameaça de crise

Depois da sessão de promulgação, porém, o presidente da Câmara declarou que a casa não tem obrigação de chancelar as mudanças de mérito feitas no Senado em relação ao texto aprovado anteriormente pelos deputados. "Alguns senadores que usaram a palavra no Senado usaram de maneira bastante equivocada. A Câmara não tem obrigação nenhuma de chancelar mudança de mérito", disse Lira.

"Há boa vontade em produzir um texto com base no acordo de promulgar o texto convergente. As assessorias trabalharam de forma independente. Não usamos a proposta para fins eleitorais, não sou candidato a presidente da República", acrescentou Lira. Segundo ele, as duas Casas do Congresso "têm independência de funcionamento".

Fonte: CUT